

A FERAESP MANTÉM CANAL ABERTO AOS EMPREGADOS ASSALARIADOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO E SINDICATOS. VIU OU VIVÊNCIOU ALGUMA IRREGULARIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO ?

DENUNCIE EM NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO: (18) 3325 - 1796
FERAESP@FERAESP.ORG.BR

WHATSAPP: (14) 99873-9557 OU EM SEU SINDICATO.

A federação e os sindicatos irão orienta-los(a).



DESTAQUE

FERAESP PARTICIPA DE ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS PAG. 2



INFLAÇÃO

MÊS DE REFERÊNCIA: JANEIRO DE 2024
ÚLTIMOS 12 MESES

INPC: 3,82%

IPCA: 4,51%

Inflação impacta mais as famílias de menor renda

A inflação desacelerou em janeiro para as famílias de renda alta e média, mas avançou entre aquelas de renda baixa. O Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, divulgado nesta segunda-feira (19) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, mostra que a alta inflacionária no mês foi de 0,66% para o segmento de renda muito baixa e de 0,59% para o de renda baixa, refletindo, principalmente, o aumento de preços dos alimentos. As famílias com maiores rendimentos tiveram a menor variação no período (0,04%).

No acumulado em 12 meses até janeiro, porém, as famílias de renda muito baixa apresentaram a menor taxa de inflação (3,47%). A maior variação ficou com o segmento de renda alta (5,67%).

Na análise por grupos, "alimentos e bebidas" e "saúde e cuidados pessoais" foram os que mais contribuíram para a inflação em janeiro. A maior pressão inflacionária para as classes de rendas mais baixas veio do grupo "alimentos e bebidas", especialmente devido ao aumento dos preços dos alimentos no domicílio – como cereais (6,8%), tubérculos (11,1%), frutas (5,1%) e óleos e gorduras (2,1%). Em menor escala, o grupo "saúde e cuidados pessoais" também contribuiu para a inflação das classes de renda mais baixas, com os reajustes de 0,70% nos produtos farmacêuticos e 0,94% nos produtos de higiene pessoal.

Na comparação com janeiro de 2023, as duas classes de renda mais baixas não registraram desaceleração inflacionária. As faixas de renda muito baixa e baixa enfrentaram uma piora no cenário explicada, em boa parte, pelo desempenho dos alimentos no domicílio e dos artigos de higiene pessoal. As variações de preços desses itens, de 1,8% e 0,94%, respectivamente, ficaram acima das observadas no mesmo período de 2023 (0,60% e -1,3%).

SISTEMA DE ARRECAÇÃO FERAESP

Sistema para emissão de guias sindicais para atender os sindicatos.

No qual, podem ser emitidas a Contribuição sindical, Confederativa, Assistencial e Mensalidade social.

O sistema é gratuito para os sindicatos da categoria, através do site www.feraesp.org.br no link "Sistema de geração de guias".

Para maiores esclarecimentos contatar o setor de arrecadação, através do e-mail: tesouraria@feraesp.org.br ou pelo telefone (18) 3325 - 1796.

Por sua vez, as faixas de renda mais elevada tiveram uma alta menos intensa da inflação no primeiro mês do ano, frente a janeiro de 2023. Isso ocorreu devido à melhora no comportamento das passagens aéreas, que registraram deflação de -15,2% este ano (-0,51% em janeiro de 2023). Os combustíveis também colaboraram para essa tendência, com uma queda de 0,39% em janeiro deste ano, ante um aumento de 0,68% no mesmo período de 2023.

Fonte: IPEA

Sistema tributário brasileiro penaliza mais as pessoas negras



Estudo busca mostrar o papel que a política fiscal cumpre no condicionamento dos níveis de desigualdade de renda, raça e gênero.

O desenho da tributação brasileira produz reduções mais significativas da renda ou do poder de compra das famílias chefiadas por pessoas negras e por mulheres. A conclusão é do estudo "O papel da política fiscal no enfrentamento da desigualdade de gênero e raça no Brasil", publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que analisa os efeitos distributivos da política fiscal brasileira ao integrar as perspectivas de gênero, raça e renda, com base nos dados da versão mais recente da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), que abrange os anos de 2017 e 2018.

O estudo aponta que a população negra é mais penalizada pelo sistema tributário brasileiro graças à predominância da tributação indireta e a seu caráter regressivo. Embora a tributação direta tenha característica progressiva e afete mais os homens e a população branca, sua importância reduzida para a arrecadação não é capaz de mitigar a concentração gerada pela tributação indireta. A análise mostra detalhadamente o impacto dos impostos diretos (sobre renda e patrimônio), dos indiretos (vinculados ao consumo) e das transferências. Em particular, foram consideradas as incidências tributárias e a participação das transferências por estratos de renda, desagregando o 1% mais rico captado pela POF.

Em relação ao 1% mais rico, há redução da progressividade da tributação direta entre os homens brancos, o que não ocorre entre os homens negros. Uma explicação decorre da natureza da renda do topo apropriada por essas categorias: enquanto os últimos são majoritariamente remunerados pelo trabalho, os primeiros têm seus rendimentos associados ao capital.

Embora o estudo evidencie as distorções do sistema tributário brasileiro ao penalizar os negros, os pesquisadores ponderam não ter encontrado evidências diretas de um viés racista e sexista nele. Eles avaliam a existência de indícios de que a organização do sistema, por um lado, é pouco sensível aos mais pobres, por causa da baixa progressividade dos tributos, e, por outro, não leva em consideração o perfil de consumo das mulheres. Por isso, o sistema tributário torna-se regressivo e daí surgem vieses racista e sexista.

O estudo sugere a ampliação de políticas assistenciais como forma de aumentar a potencialidade das transferências para mulheres negras e homens negros. Além disso, a preservação de subsídios às aposentadorias por idade e de agricultores familiares teria papel importante para um reequilíbrio.

Quanto aos tributos indiretos, o estudo defende a redução relativa de sua importância em relação à renda e argumenta que políticas de renda são fundamentais para reduzir a vulnerabilidade dos mais pobres, por meio da ampliação do espaço orçamentário e evitando que o consumo absorva toda a renda.

Fonte: IPEA

FERAESP participa de Encontro Nacional de Educação no Campo, das Águas e das Florestas



A FERAESP, participou do Encontro Nacional de Educação no Campo, das Águas e das Florestas, realizado na cidade de Salvador/BA, entre os dias 28 de fevereiro e 02 de março de 2024. A federação, em conjunto com a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR) e outras federações, representou as entidades de assalariados rurais do Brasil.

O encontro discutiu políticas públicas para as escolas do campo, com direcionamento para uma agenda estratégica com compromissos voltados a garantia do direito a educação dos povos do campo, das águas e das florestas no país, e também, analisou e avaliou coletivamente ações como o Programa Escola da Terra, da Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

O evento, contou com atos políticos representativos, atividades culturais, feiras rurais, universidades, egressos, estudantes e vários movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Ao todo, o encontro contou com mais de 700 pessoas.

Em resumo, o encontro nacional, apontou varias soluções para a educação no campo (para povos originários, quilombolas, trabalhadores do campo etc.), após muitas perdas no governo de Jair Bolsonaro (PL), que dentre outras malefícios, fechou varias escolas da terra pelo País.

DIAP: Centrais se reúnem com Paim; na pauta, a taxa assistencial



No dia, 04 de março de 2024, as centrais sindicais têm reunião prevista, em Brasília, com o relator, senador Paulo Paim (PT), do PL 2.099/23, cujo propósito é estimular a oposição, pelos trabalhadores, da taxa ou contribuição assistencial. Trata-se de ação antissindical.

Quem está à frente dessa articulação antissindical é o senador Rogério Marinho (PL-RN), que foi relator da contrarreforma trabalhista, em 2017, quando deputado federal.

Relator na CAE

Marinho foi o relator do projeto na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e trabalha em 2 frentes: a primeira é que a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) trouxe de volta a contribuição sindical. Isso não é verdade, pois a assistencial depende de decisão de assembleia dos trabalhadores. A sindical era taxa compulsória anual.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissões temáticas

Ainda sem acordo, a composição das comissões permanentes da Casa. A instalação desses colegiados vai ocorrer ao longo de março. Sem esses órgãos deliberativos instalados, o ritmo dos trabalhos fica bastante reduzido. Tendo, apenas, o plenário deliberando as proposições.

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, deve tratar do tema ao longo da semana com os líderes partidários.

Disputa em torno da CCJ

A disputa em torno da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) é um dos entraves desse processo de escolha dos novos presidentes dos colegiados temáticos.

O PL reivindica o comando do colegiado por ter a maior bancada eleita em 2022 — 99 deputados. As comissões mistas de Orçamento, responsável por aprovar matérias orçamentárias, e de Saúde, de onde sai grande parte das emendas parlamentares, também, são objetos de disputa.

Fonte:DIAP

IBGE: Taxa de desemprego fica em 7,6%



A taxa de desocupação (7,6%) no trimestre encerrado em janeiro de 2024 ficou estável frente ao trimestre de agosto a outubro de 2024 (7,6%) e caiu 0,7 p.p. ante o mesmo trimestre móvel de 2023 (8,4%). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A população desocupada (8,3 milhões) ficou estável no trimestre e recuou 7,8% (menos 703 mil pessoas) no ano.

A população ocupada (100,593 milhões), cresceu 0,4% no trimestre (mais 387 mil pessoas) e 2,0% (mais 1,957 milhão de pessoas) no ano. O nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) foi a 57,3%, sem variação significativa frente ao trimestre móvel anterior (57,2%) e subindo 0,6 ponto percentual (p.p.) ante o mesmo trimestre móvel de 2023 (56,7%).

A taxa composta de subutilização (17,6%) não mostrou variação significativa frente ao trimestre móvel encerrado em outubro (17,5%) e caiu 1,2 p.p. ante o trimestre encerrado em janeiro de 2023 (18,7%). A população subutilizada (20,3 milhões de pessoas) não variou de forma significativa no trimestre e recuou 5,6% (ou menos 1,2 milhão) no ano.

A população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas (5,3 milhões) não mostrou variações significativas em nenhuma das duas comparações, do mesmo modo que a população fora da força de trabalho (66,6 milhões).

A população desalentada (3,6 milhões) não variou significativamente ante o trimestre móvel anterior e recuou 9,8% (menos 388 mil pessoas) no ano. O percentual de desalentados na força de trabalho ou desalentada (3,2%) não teve variação significativa no trimestre e recuou 0,4 p.p. no ano.

O número de empregados com carteira de trabalho no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos) foi de 37,950 milhões, com alta de 0,9% (mais 335 mil) no trimestre e de 3,1% (mais 1,1 milhão) no ano. Já o número de empregados sem carteira no setor privado (13,4 milhões) ficou estável no trimestre e cresceu 2,6% (mais 335 mil pessoas) no ano.

ONU: Brasil pode ser “campeão global” no acolhimento de refugiados



Foto: ONU

País já acolhe 710 mil pessoas deslocadas à força de países afetados por crises como Venezuela, Haiti, Afeganistão, Síria e Ucrânia.

Em 2023, o mundo atingiu o número recorde de 114 milhões de pessoas deslocadas à força, das quais 710 mil vivem no Brasil.

Segundo o representante da Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para Refugiados no Brasil, Davide Torzilli, o retrato desta população é composto por cerca de 560 mil venezuelanos, 87 mil haitianos, 9 mil afegãos, além de pessoas de diversas outras nacionalidades.

Diariamente chegam da Venezuela uma média de 400 a 450 pessoas no Brasil. Segundo Davide, esse fluxo voltou a crescer depois de uma pausa pela pandemia e as pessoas que chegam “tem um perfil mais vulnerável e estão colocando uma pressão importante na resposta humanitária no norte do país.”

O especialista afirmou que a ONU também está olhando com muita preocupação a situação no Haiti, devido a violência de gangues e violações de direitos humanos que podem resultar em um fluxo desta população para o Brasil no futuro.

Para Torzilli, a legislação brasileira pode ser considerada “generosa” e “avançada” por permitir uma ampla oferta de serviços e oportunidade de trabalho para refugiados e solicitantes de asilo.

O representante do Acnur elogiou os avanços em 2023 da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia e a inclusão de populações refugiadas e migrantes na Política Nacional de Saúde. No entanto, ele destacou que o “grande desafio é implementar as políticas”.

Sobre as estratégias de acolhimento e integração, o representante do Acnur destacou a metodologia da “proteção comunitária”, que encoraja o envolvimento dos refugiados na busca de soluções e na construção de políticas públicas nas comunidades onde passam a viver.

Segundo ele, essa tem sido uma abordagem importante para a integração de mais de 10 mil refugiados indígenas venezuelanos, que alcançaram maior autonomia por meio da participação em associações e conselhos indígenas nos locais de acolhida.

8 de março: dia internacional da mulher

